

# **Prova Testemunhal no Processo Penal**

UM ESTUDO SOBRE FALSAS MEMÓRIAS E MENTIRAS

2021

Paula Thieme Kagueiama

**PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL**

UM ESTUDO SOBRE FALSAS MEMÓRIAS E MENTIRAS

© Almedina, 2021

AUTOR: Paula Thieme Kagueiama

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

Editora Jurídica: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio César Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556273129

Setembro, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kagueiama, Paula Thieme

Prova testemunhal no processo penal: um estudo sobre falsas memórias e mentiras /  
Paula Thieme Kagueiama. 1. ed. São Paulo : Almedina, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-5627-312-9

1. Memórias 2. Mentira 3. Processo penal 4. Processo penal – Brasil  
5. Prova testemunhal Brasil I. Título.

21-71448

CDU-343.1(81)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Processo penal 343.1(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	29
<b>CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS A RESPEITO DA PROVA</b>	
<b>TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL</b> .....	33
1.1 A Relação entre prova e verdade .....	33
1.2 A prova testemunhal e sua importância na reconstrução histórica dos fatos .....	38
1.3 A natureza jurídica da testemunha e da prova testemunhal no processo penal. ....	42
1.4 Delimitação da figura da testemunha no processo penal .....	44
1.4.1 Capacidade para ser testemunha .....	44
1.4.2 Dever, dispensa e proibição de depor .....	45
1.4.3 Compromisso de dizer a verdade e exceções ao seu deferimento. ...	47
1.4.4 Distinção entre a testemunha e outras figuras no processo penal. ...	50
1.4.5 A testemunha indireta pode ser considerada testemunha e valorada como tal? .....	57
1.5 Características da prova testemunhal .....	63
1.5.1 Oralidade .....	63
1.5.2 Objetividade .....	65
1.5.3 Retrospectividade. ....	67
1.5.4 Judicialidade. ....	67
1.5.5 Imediação .....	68
1.6 Procedimento probatório da prova testemunhal .....	70
1.7 A falibilidade da prova testemunhal: a equivocada presunção de veracidade e a incidência de fatores de contaminação sobre a testemunha	74
2 Os fatores involuntários de contaminação da prova testemunhal. ....	81

## PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL

2.1	Introdução .....	81
2.2	A memória .....	82
2.2.1	Considerações iniciais .....	82
2.2.2	Classificação dos tipos de memória .....	87
2.2.3	A construção das memórias declarativas de longa duração .....	91
2.2.4	As três fases de formação da memória .....	94
2.3	Fatores de contaminação incidentes no momento da aquisição da memória .....	97
2.3.1	Atenção .....	97
2.3.2	Emoção e estresse .....	101
2.3.3	Estereótipos e expectativas .....	105
2.3.4	Condições objetivas de percepção do evento .....	107
2.4	Fatores de contaminação incidentes no momento da retenção do conhecimento .....	109
2.4.1	A formação das falsas memórias .....	110
2.4.2	As interferências causadas pelo contato entre testemunhas ( <i>memory conformity</i> ) .....	122
2.4.3	O decurso do tempo e o esquecimento .....	125
2.5	Fatores de contaminação incidentes no momento da recuperação da lembrança pela testemunha .....	127
2.5.1	O efeito do tempo na recuperação do evento: o preenchimento de lacunas e o fenômeno da interferência .....	127
2.5.2	A inquirição e o entrevistador: a sugestibilidade interrogativa .....	129
2.6	Conclusão parcial .....	142
<b>3</b>	<b>O FATOR VOLUNTÁRIO DE CONTAMINAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL: A MENTIRA .....</b>	<b>143</b>
3.1	A MENTIRA .....	143
3.1.1	Definição .....	143
3.1.2	Formas de manifestação da mentira .....	148
3.1.3	A mentira situacional e a mentira patológica .....	150
3.2	Teorias acerca dos processos cognitivos e emocionais do mentiroso .....	152
3.2.1	A teoria do processo emocional .....	152
3.2.2	A teoria da complexidade do conteúdo .....	155
3.2.3	A teoria da tentativa de controle .....	156
3.2.4	A perspectiva da autoapresentação .....	159

3.2.5	A teoria do engano interpessoal . . . . .	161
<b>3.3</b>	<b>Indicadores verbais e não verbais da mentira . . . . .</b>	<b>163</b>
3.3.1	Meta-análise da literatura por DePaulo et al. (2003). . . . .	166
3.3.2	Síntese dos indicadores verbais e não verbais associados à mentira	176
<b>3.4</b>	<b>Detecção da mentira . . . . .</b>	<b>179</b>
3.4.1	As principais dificuldades enfrentadas pelas autoridades entrevistadoras . . . . .	180
3.4.2	Os principais erros cometidos pelas autoridades entrevistadoras...	184
3.4.3	Estratégias para aumentar as diferenças entre testemunhas sinceras e mentirosas . . . . .	189
<b>3.5</b>	<b>Conclusão parcial. . . . .</b>	<b>195</b>
<b>4</b>	<b>O TRATAMENTO DA PROBLEMÁTICA DA CONTAMINAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL PELO DIREITO ESTRANGEIRO . . . . .</b>	<b>197</b>
<b>4.1</b>	<b>Entrevista Cognitiva (<i>Cognitive Interview – CI</i>): a obtenção de um relato testemunhal mais completo e preciso. . . . .</b>	<b>197</b>
4.1.1	Aspectos gerais . . . . .	197
4.1.2	Seções da Entrevista Cognitiva . . . . .	199
4.1.3	Eficácia da Entrevista Cognitiva auferida por estudos empíricos . . .	207
4.1.4	A aplicação da Entrevista Cognitiva na prática . . . . .	209
<b>4.2</b>	<b><i>Self-Administered Interview (SAI)</i>: a minimização dos efeitos do tempo e das informações pós-evento . . . . .</b>	<b>211</b>
4.2.1	Proposta da ferramenta. . . . .	211
4.2.2	Conteúdo . . . . .	214
4.2.3	Eficácia da SAI auferida por estudos empíricos. . . . .	216
4.2.4	Aplicação prática da SAI: desafios e aprimoramentos . . . . .	219
<b>4.3</b>	<b><i>Statement Validity Analysis (SVA)</i>: a tentativa de distinguir um depoimento sincero de um mentiroso . . . . .</b>	<b>220</b>
4.3.1	Conceito e origem . . . . .	220
4.3.2	Etapas integrantes do protocolo SVA. . . . .	220
4.3.3	Eficácia da SVA auferida por pesquisas empíricas. . . . .	221
4.3.4	Aplicação prática da SVA: limites e críticas . . . . .	233
<b>4.4</b>	<b><i>Reality Monitoring (RM)</i>: A identificação da origem de uma memória. . . . .</b>	<b>235</b>
4.4.1	Fundamento teórico. . . . .	239
4.4.2	Modelo padronizado de critérios do RM. . . . .	239
4.4.3	Formas de Monitoramento de Realidade . . . . .	242

## PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL

4.4.4	Aplicação prática do RM: possibilidades e limitações .....	249
<b>5</b>	<b>A PROVA TESTEMUNHAL NO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO: PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO E MITIGAÇÃO DOS FATORES DE CONTAMINAÇÃO .....</b>	<b>253</b>
5.1	A realidade brasileira no tocante à produção da prova testemunhal: legislação e prática .....	253
5.1.1	A legislação processual penal pátria: a incipiente disciplina da prova testemunhal .....	257
5.1.2	A prática pelos atores jurídicos: os procedimentos adotados para coletas de depoimentos .....	264
5.2	O aperfeiçoamento da prova testemunhal mediante a redução do impacto dos fatores de contaminação .....	264
5.2.1	Mitigação do impacto dos fatores involuntários de contaminação da prova testemunhal .....	275
5.2.2	Mitigação do impacto dos fatores voluntários de contaminação da prova testemunhal: adoção conjunta de mecanismos de identificação de mentira .....	283
5.3	A cautela na valoração da prova testemunhal: critérios úteis de avaliação da credibilidade e veracidade da narrativa .....	288
5.4	Sugestões de lege ferenda .....	294
	CONCLUSÕES .....	301
	REFERÊNCIAS .....	309